



RECENSÃO

Livros que Tomam Partido.
Edição e Revolução em Portugal: 1968-1980,
de Flamarion Maués,
por Nuno Medeiros

Análise Social, LV (3.º), 2020 (n.º 236), pp. 685-688

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2020236.12>

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2020236.12>



MAUÉS, Flamarion

Livros que Tomam Partido. Edição e Revolução em Portugal:

1968-1980,

Lisboa, Edições Parsifal, 2019, 680 pp.

ISBN 9783319678009

Nuno Medeiros

A exploração da edição de livros (e não apenas da sua impressão) como objeto de estudo sistemático e crítico, erguido à condição de uma autonomia capaz de o inserir na galeria de temas considerados relevantes para o entendimento dos processos históricos que caracterizam a sociedade portuguesa do século xx, começa a dar passos tímidos, mas discerníveis no sentido de um acompanhamento do surto rejuvenescedor que se tem verificado noutras realidades de pesquisa. Nesta dinâmica reconfiguradora toma seguramente lugar de destaque o livro de Flamarion Maués, *Livros que Tomam Partido. Edição e Revolução em Portugal: 1968-1980*, recentemente editado pelas Edições Parsifal. O grosso volume de 680 páginas resulta de um doutoramento e de um pós-doutoramento, ambos na Universidade de São Paulo. Mas a sua existência deve-se igualmente à ação financiadora e entusiástica de António Mota Redol e da Associação Promotora do Museu do Neo-Realismo, em Vila Franca de Xira, e ao trabalho paciente dos editores da obra.

Flamarion Maués assume-se neste livro como profundo conhecedor da realidade editorial, refletindo-a por dentro e por fora: editor durante longos anos,

agrega esse olhar da exterioridade ao de historiador. Aliás, o autor não está desatento a esta relevante dimensão da produção de discurso sobre um objeto e à sua importância na discussão do próprio labor do conhecimento historiográfico enquanto construção, não enfeitando no livro algumas notas – que poderiam com benefício para os leitores ter sido mais estendidas e aprofundadas – sobre este tópico no final da introdução, num ponto sugestivamente intitulado “Um estrangeiro estudando a história contemporânea de Portugal” (pp. 31-32), não fora Flamarion Maués um historiador brasileiro. A partir dessa reconhecida exterioridade, o livro revela igualmente um profundo conhecedor da realidade portuguesa do período que estuda.

Recorrendo a metodologias de natureza diversa, embora se prefigure como um estudo extensivo sobre o seu objeto de estudo, esta obra propõe-se olhar para a edição política em Portugal nos últimos seis anos do Estado Novo e nos primeiros seis anos do regime democrático, de uma maneira que consinta uma visão panorâmica do que foi uma atuação do meio editorial num âmbito específico e de grande significado no decurso dos anos observados, durante os quais o dado

político foi elemento central nas dinâmicas socio-históricas. Este volume contém informação sinóptica em quadros, que sintetizam de modo muito ilustrativo o fenómeno estudado e nos oferecem uma visão global imediata. Os apêndices são utilíssimos, recheando-se de listas vastas e pormenorizadas de editoras e de livros de natureza política publicados entre 1968 e 1980.

O livro divide-se em três partes, a que se acrescenta uma introdução e uma conclusão. Na primeira parte, intitulada “A edição política em Portugal nos anos 1960-1970, o autor sintetiza em três capítulos um panorama introdutório da edição política em Portugal, articulando uma preocupação conceptual de definição e estabelecimento dos pressupostos base da pesquisa. Acompanha este esforço uma primeira aproximação global e resumida em torno dos livros e da edição de carácter político em Portugal nos períodos anteriores e subsequentes à revolução de 1974. A segunda parte, chamada “As editoras de carácter político em Portugal: história e atuação”, é a maior do livro e constitui a sua substância mais diferenciadora pela quantidade e sistematização aí apresentada, sinalizando um trabalho de grande fôlego e muito bem sustentado empiricamente. Nos seus oito capítulos traça-se o quadro do que foi a história e a intervenção de mais de 100 editoras, desenhando uma perspectiva global inédita e solidamente fundamentada de uma cultura impressa politicamente formulada por editoras que o autor divide em políticas e não políticas. A análise parte da vinculação

política das editoras, vetor principal de explicação do fenómeno, tal como o autor o assume, afirmando que assim se tornam “mais claras as motivações, articulações e continuidades que dão sentido às suas trajetórias” (p. 98). A terceira e última parte, nomeada “A edição política e seu papel nas lutas contra a ditadura”, é uma declinação da atividade das editoras políticas no contexto da oposição à ditadura, exercício em que o autor procura compreender o papel que a edição política poderá ter desempenhado. Para isso contou com o contributo testemunhal de um conjunto expressivo de editores com trabalho desenvolvido à época.

O cenário descrito e interpretado por Flamarion Maués oferece ao leitor um quadro alimentado por um conjunto de dados vasto: 138 editoras recenseadas com atividade neste período que se dedicaram no todo, ou em parte, à edição de livros de carácter político (o livro apresenta estudos de maior pormenor sobre 108 destas editoras); cerca de 4600 títulos seguramente publicados. Isto, num lapso de uma dúzia de anos! Esta ambição quantitativa produz um quadro global a todos os títulos surpreendente, quase esmagador para um país e um mercado editorial com o acanhamento do português no início da década de 1970. Tratou-se de um período singular, muito provavelmente irrepetível, da história contemporânea de Portugal.

Por outro lado, o livro demonstra como pela existência de projetos, muitas vezes unipessoais ou sustentados apenas na vontade de participar no debate político (quantas vezes prosélito), não

baseados necessariamente na obtenção de benefício comercial (ou não o logrando em função da ausência de uma estruturação e organização mínimas), a edição é, com efeito, uma atividade em boa medida caracterizada pelas ideias de contributo cultural, até abnegado e interventivo, como se de apostolado de tratasse. Se é verdade que retoricamente este posicionamento intrinsecamente cultural dos editores foi uma das marcas que desde quase sempre pautou o discurso de muitos deles (editores), é também verdade que em muitos casos ao longo da história isso correspondeu mais a um artefacto retórico, preocupado em estabelecer uma narrativa heroica, do que às práticas reais. Não no caso da edição política.

Entrando em dimensões mais relacionadas com o modo como a pesquisa foi produzida e apresentada, cumpre salientar a judiciosa distinção que Flamarion Maués estabeleceu entre edição política e livro político. Nessa medida, a investigação do autor parece situar-se no domínio da história da organização social de práticas e estruturas institucionais em torno de um objeto cultural, mais do que no objeto tomado por si. E isto será, por si só, motivo para sublinhar a importância da história oral como fonte para o estudo da história contemporânea. O autor recorreu às fontes orais, todas ou quase todas na primeira pessoa, o que transporta a análise para a fimbria do acontecimento, da relação, da pessoa, do sentimento.

Quanto ao intervalo temporal que delimita o livro, as datas extremas que balizam o estudo são o início do marcelismo,

em 1968, e a vitória com maioria absoluta da Aliança Democrática, em dezembro de 1979, obtendo esta coligação de direita, nas palavras do autor, “uma legitimidade que lhe garantia a força para enterrar de vez todos os resquícios revolucionários que porventura ainda existissem em Portugal” (p. 38). É interessante ver nesta proposta de periodização uma certa novidade relativamente à temporalização que frequentemente é adotada nas explicações e análises da história política, que tende a preferir o ano de 1982, com a revisão constitucional, como o ano de viragem, ou mesmo a atirar esse fim de ciclo para a adesão à Comunidade Económica Europeia, em 1986.

Contudo, as datas do estudo, na sua anterioridade e posterioridade face ao momento do golpe de estado que acabou com a ditadura, relembram-nos de que há uma coexistência, em certa medida tensional, entre rutura e continuidade no que se refere à atividade editorial de livros de carácter político antes e depois do 25 de Abril. Por um lado, o período revolucionário transformou efetiva, definitiva e profundamente as coisas, constituindo as fundações de uma realidade nova, que explodiu num caudal inaudito de propostas editoriais, temas, traduções, interpretações tipográficas, que o livro captura muito bem através da sua panorâmica quantitativa. Por outro lado, no entanto, e como também recorda o autor, a rutura revolucionária não inventou o mundo, permitindo uma continuação da expressão editorial de um conjunto de chancelas que vinha já de trás, de perto ou de longe.

E daí a importância fulcral da dimensão quantitativa na edificação de um panorama traçado ao longo deste livro, cruzada essa dimensão quantitativa com a componente qualitativa com que o autor vai densificando e aprofundando a exploração da realidade que investigou e que vai oferecendo ao longo da leitura um quadro amplo, mas texturado e habitado.

Havia até agora uma noção impressionista desta realidade. Desde a publicação deste livro, o que fica é a segurança analítica e a certeza dos factos. O conhecimento historiográfico e das ciências sociais não serve apenas para provocar a novidade na análise nem para sugerir um quadro interpretativo de ruptura. Nesse sentido, as propostas elaboradas por

Flamarion Maués neste volume revelam-se possuidoras de amplo e indesmentível interesse e com potencial de fecundidade heurística, convertendo-o num instrumento de consulta imprescindível para todos quantos se venham a dedicar a este tema e a temas conexos.

MEDEIROS, N. (2020), *Recensão “Livros que Tomam Partido. Edição e Revolução em Portugal: 1968-1980*, Lisboa, Edições Parsifal, 2019”. *Análise Social*, 236, LV (3.º), pp. 685-688.

Nuno Medeiros » nuno.medeiros@fcsb.unl.pt » Instituto de História Contemporânea, NOVA FCSH e ESTESL – IPL » Av. D. João II, Lote 4.69.01 — 1990-096 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0001-5350-4294>.
